

Política do Vaticano, Arquidiocese de Mariana e dom Luciano: diálogos possíveis

*Fabício Roberto Costa Oliveira
Rodrigo de Souza Ferreira*

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir o papel da hierarquia eclesiástica na definição de ações pastorais e no direcionamento políticas de suas Dioceses e/ou Arquidioceses. Neste sentido buscamos como ponto de referência a Arquidiocese de Mariana que até o ano de 1988 foi tida como um reduto extremamente conservador da Igreja Católica brasileira e, a partir de então, sob a tutela do bispo dom Luciano Mendes de Almeida, passou, cada vez mais, a se alinhar com os ideais propalados pela Teologia da Libertação. No sentido de enriquecermos nosso texto passamos tanto por questões internacionais como o Concílio Vaticano II e a política conservadora do Vaticano a partir da década de 1980, quanto por questões locais como a organização da vida comunitária da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Brás Pires-MG.

Palavras-chave: Política do Vaticano. Arquidiocese de Mariana. Dom Luciano.

*Policy of Vatican, Archdiocese of Mariana, Dom Luciano:
Possibles dialogs.*

Abstract: *This paper has the objective to discuss the ecclesiastic hierarchy that determines the pastoral actions and the direction of its policies and of its dioceses or archdioceses. In this way, we choose as a reference to this study, the Archdiocese of Mariana, which was considered an extremely conservative portion of the Brazilian Catholic Church until 1988. After this period, having dom Luciano Mendes de Almeida as a tutor, this archdiocese started to follow the ideals spread by the "Liberation Theology". Having an objective to increase this study, we analyzed some international subjects as the "Council Vatican II" and the conservative policy of the Vatican, starting from the decade of 1980. We still approached local questions as the organization of the community life of the Congregation of "Nossa Senhora do Rosário" de "Brás Pires"-MG.*

Keywords: *Policy of Vatican. Archdiocese of Mariana. Dom Luciano.*

1. INTRODUÇÃO

Uma das características que historicamente tem marcado a Igreja Católica enquanto instituição é sua hierarquização. Esse assunto já mereceu atenção de autores tanto internos quanto externos à Igreja. Boff (1982) destaca que, em nível interno, o poder da hierarquia e as

manifestações de autoritarismo na Igreja Católica têm pouco a perder para formas similares de dominação existentes na sociedade civil.

Segundo o autor, quando um bispo pretende desarticular um trabalho de base, ele se vale de artifícios autoritários e, “sem prévia discussão, transfere os párocos, literalmente expulsa de sua diocese (arqui) as religiosas, demite os agentes de pastoral leigos e deixa a comunidade perplexa. Não há a quem apelar, pois se trata de um comportamento de uma instância última” (Boff, 1982, p. 83). Parte-se do princípio de que o respeito à alta cúpula é uma regra básica dentro da Igreja, pois ações hierárquicas devem ser vistas como “vontades” divinas, sendo, portanto, suficiente para justificar, explicar e legitimar as decisões institucionais. Porém, para Boff (1982), “o divino no poder da Igreja-instituição é só de origem; seu exercício concreto pouco tem de divino, mas se processa na lógica de qualquer outro poder humano, com todas as suas artimanhas” (1982, p. 91).

Durante as décadas de 1970 e 1980, muitos católicos engajados com as idéias e práticas da Teologia da Libertação, chamados por diversos estudiosos de “progressistas”, investiram na perspectiva da “democratização” da Igreja Católica, entretanto, paradoxalmente, o poder hierárquico acabava sendo reafirmado. “Justamente porque a ação pastoral se fazia em uma Igreja e sociedade hierárquicas e

autoritárias, o peso da hierarquia foi vital para a disseminação da Teologia da Libertação” (NOVAES, 2002, p. 67).

De fato, o que pode ser percebido é que os ideais da Teologia da Libertação se difundiram com maior eficácia em jurisdições eclesiais comandadas por bispos ou arcebispos engajados com essa proposta, da mesma forma que prelados contrários a esse movimento representaram sérios empecilhos à difusão das idéias renovadoras. Na Arquidiocese de Mariana, por exemplo, durante as décadas de 1960 e 1970, enquanto a Igreja Popular ganhava expressão em diversos pontos da América Latina, a força da hierarquia episcopal atuou no sentido de impedir a circulação de tais idéias. Contraditoriamente, a partir da década de 1980, quando a alta cúpula da Igreja Católica intensificou suas ações no intuito de conter o avanço da Teologia da Libertação, a Arquidiocese de Mariana passou a se mostrar como um campo fértil para o florescimento da “Igreja dos Pobres”.

Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é discutir o papel da hierarquia eclesial na definição das ações pastorais e no direcionamento político de suas Arquidioceses. Para tanto, tomar-se-á como referência o caso da Arquidiocese de Mariana, que até o ano de 1988 foi tida como um reduto extremamente conservador da Igreja Católica brasileira e, a partir de então, sob a tutela do bispo dom

Luciano Mendes de Almeida, passou, cada vez mais, a se alinhar com os ideais propalados pela Teologia da Libertação.

2. A ARQUIDIOCESE DE MARIANA: DO VATICANO II À RESTAURAÇÃO CONSERVADORA

O Concílio Vaticano II (que aconteceu entre outubro de 1962 a dezembro de 1965) é considerado por muitos estudiosos como um marco dentro da Igreja Católica. Esse evento propiciou um ambiente de intensa discussão entre a comunidade católica, facilitando uma abertura da Igreja para a reflexão sobre as diversas questões temporais que permeavam a vida humana. Tal abertura trouxe reflexos importantes para o pensamento teológico latino-americano e suscitou uma série de debates acerca da realidade social do continente, levando consideráveis segmentos da Igreja a denunciarem a situação de marginalidade de grande parte da população e a se identificar com o sofrimento desses excluídos sociais. Assim, tornou-se cada vez mais comum o envolvimento de religiosos com os dilemas vividos pelos pobres. Participando de suas lutas, a Igreja acabou se aproximando da realidade cultural, política e religiosa vivida por eles. Nesse contexto é que surgiu a chamada Teologia da Libertação, que propôs como eixo norteador de sua ação a “opção preferencial pelos pobres”.

Essa tendência, todavia, não se deu de forma uniforme em todo o orbe católico, mas variou muito de acordo com as circunstâncias locais ou regionais. Enquanto as arquidioceses e paróquias tidas como progressistas logo incorporaram essa proposta, vez por outra participando do próprio processo de formação das novas diretrizes, jurisdições eclesiais tipicamente conservadoras mantiveram-se à parte das propostas emergentes ou mesmo opuseram-se a elas.

A Arquidiocese de Mariana foi, por muito tempo, identificada como uma prelazia conservadora no cenário nacional e, como tal, atuou no sentido de boicotar a difusão da Teologia da Libertação, divulgando que muitos comunistas estavam se utilizando dessas idéias religiosas com propósitos econômicos, sociais e eticamente incompatíveis com as necessidades e idéias dos católicos brasileiros. Para ilustrar essa questão, pode-se observar um excerto do jornal oficial da Arquidiocese de Mariana⁵⁴, escrito pelo então arcebispo dom Oscar de Oliveira (1959-1988). A matéria foi lançada num período em que muitos integrantes das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) realizavam greves junto aos operários (muitos deles também o eram) e militavam por melhor distribuição de renda.

Conheço muitas famílias que, de início carentes, se promoveram magnificamente – marido e mulher – com a constância do trabalho e com a justa

⁵⁴ Jornal “O Arquidiocesano”, que circulou semanalmente de 1959 a 1991.

economia. Conheço também filhos, que a exemplo de seus pais, amigos do trabalho os vêm imitando com fidelidade e felicidade (O ARQUIDIOCESANO. Mariana, ano XXIX, 22 de novembro de 1987).

Assim, na visão do arcebispo, a idéia hegemônica era a de que os cristãos deveriam trabalhar honestamente, sendo a greve ou manifestação política algo desnecessário, pois com honestidade e trabalho tudo se conseguiria. Outra idéia consolidada na Arquidiocese era a de que a Instituição não deveria se envolver com política, visto que esta não era sua função.

Esse raciocínio estava de acordo com a tentativa de Roma de frear a atuação política da Igreja Católica na América Latina. A carta apostólica endereçada aos bispos brasileiros em dezembro de 1980 dizia: “a Igreja não deve se envolver em questões sociais em detrimento de sua missão especificamente religiosa” (HIGUET, 1984 *Apud* PRANDI; SOUZA, 1996, p. 62). De acordo com Prandi e Souza (1996), o Papa João Paulo II “se mostrava bastante alinhado às tendências carismáticas e bem distante da opção pelos pobres da Teologia da Libertação” (1996, p. 62-63).

Se a década de 1960 foi marcada pelo ímpeto renovador da Igreja latino-americana, quando os setores progressistas ampliaram sua influência e seu espaço de atuação, já no final da década de 1970, os setores conservadores tinham se rearticulado para conter os avanços

da Teologia da Libertação. É sintomática nesse sentido a evolução do posicionamento da Conferência Episcopal Latino-Americana (CELAM) entre 1968 e 1979. Se o encontro de Medellín (em 1968) trouxe para o centro das discussões a situação de marginalidade de uma grande parcela da população latino-americana e, ao mesmo tempo, a necessidade da Igreja se comprometer com a transformação dessa realidade, o encontro de Puebla (em 1979), já em sua gênese, foi uma contra-ofensiva dos setores conservadores. O ideal de engajamento com os movimentos sociais e a “opção preferencial pelos pobres”, delineado a partir da Conferência de Medellín foi rejeitado pelos setores conservadores da Igreja e também por parcelas das elites nacionais, que acusavam esse posicionamento de destoante da missão eminentemente espiritual da religião (Iokoi, 1996). Embora muitas das posições definidas em Medellín tenham sido mantidas, os esforços no sentido de refrear os avanços da Igreja popular estavam, cada vez mais, se impondo.

Um marco desse processo no âmbito internacional, chamado por alguns autores de *restauração* (MAINWARING, 1989; DELLA CAVA, 1992), foi a eleição de Karol Wojtyła para o sôlio papal, em 1978. O posicionamento do papa João Paulo II, bem como a atuação dos grupos conservadores católicos, começou a dificultar a marcha da Igreja progressista, tendo em vista que seminários foram vigiados, teólogos foram censurados, bispos progressistas foram

substituídos por conservadores (PRANDI; SOUZA, 1996).
Para Smith

a Teologia da Libertação experimentou uma significativa redução de oportunidade política dentro da Igreja Católica, uma vez que Roma buscou eliminar o suporte institucional da teologia da libertação. O Papa João Paulo II provou ser mais conservador que seus principais antecessores, João XXIII e Paulo VI (Novac 1986: 65-74) (...) Desde Puebla, houve ações tomadas pelo Vaticano para reduzir e, em alguns casos, combater a influência da Teologia na América Latina (1991, p.222).

Ao longo do tempo, um instrumento bastante eficaz para afirmar a influência do Vaticano sobre as Igrejas Nacionais tem sido as nomeações episcopais. Valendo-se dessa prerrogativa, os papas podem direcionar o perfil pastoral das dioceses e arquidioceses em todo o mundo. Um caso bastante emblemático no Brasil diz respeito à interferência do Vaticano no direcionamento da Arquidiocese de São Paulo, no final da década de 1980. Aquela que era a maior jurisdição eclesiástica do Brasil tinha à sua frente o cardeal dom Paulo Evaristo Arns, um prelado que havia se destacado pela sua militância em favor dos direitos humanos durante os anos de ditadura militar. Visando romper essa

tradição de engajamento político naquela influente Arquidiocese, a alta cúpula da Igreja Católica articulou a transferência de dom Luciano Mendes de Almeida, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e ex-auxiliar da arquidiocese paulista, para arquidiocese mineira de Mariana, uma das mais antigas na história religiosa do país, mas com pouca expressão sócio-política. Esta transferência foi feita à revelia do cardeal D. Paulo Evaristo Arns, pertencente à ala esquerda do clero brasileiro, que desejava que D. Luciano o sucedesse no arcebispado de São Paulo. (VALENTE, 1994, p. 88).

Para Smith (1991), uma das mais consistentes maneiras que Roma tem encontrado para diminuir a influência da Teologia da Libertação tem sido a indicação de bispos conservadores para a América Latina. O caso específico de dom Luciano parece apontar uma outra alternativa para minar bases da Igreja Progressista no Brasil. Transferir o bispo para uma Arquidiocese pouco expressiva no cenário nacional significaria, na prática, restringir a influência da Teologia da Libertação.

De qualquer forma, é interessante perceber que a transferência de dom Luciano para a Arquidiocese de Mariana veio a criar condições para que houvesse uma substancial transformação no direcionamento pastoral daquela jurisdição

eclesiástica. Apesar do conservadorismo que marcou o período anterior, sobretudo durante a vigência do bispo dom Oscar de Oliveira (1959-1988), é importante ressaltar que algumas paróquias e comunidades já buscavam uma certa aproximação com os ideais propugnados pela Teologia da Libertação à revelia da autoridade episcopal. Seus projetos, porém, só iriam deslanchar quando o ambiente religioso (e político) se fizesse mais favorável, ou seja, com a chegada do novo bispo. Assim, é importante perceber que as concepções de Igreja sustentadas pelas suas lideranças têm, conforme salienta Mainwaring, um peso determinante no direcionamento de suas prelações.

131

A concepção de Igreja quanto a sua missão integral determina diretamente o seu envolvimento na vida política. Quando, por exemplo, líderes religiosos argumentam que a Igreja deveria lutar contra o comunismo ou que deveria se colocar acima da política ou que desenvolva uma opção preferencial pelos pobres, estes pressupostos derivam do sistema religioso. Isso significa que é preciso compreender os objetivos da instituição e a concepção de fé que a motiva (1989, p. 44).

Nesse sentido, a presença de dom Luciano foi fundamental para que diversas transformações acontecessem na Arquidiocese e, embora não se possa desvalorizar o trabalho leigo, a presença dele é sempre valorizada por todos

que trabalhavam na busca de uma maior inserção da Arquidiocese em problemas sociais e políticos.

3. ARQUIDIOCESE DE MARIANA SOB NOVA LIDERANÇA: A ATUAÇÃO DE DOM LUCIANO

Os trabalhos dos grupos católicos progressistas tiveram como marco importante a chegada de dom Luciano⁵⁵ na Arquidiocese, em 1988. Para o padre L. V., a presença de dom Luciano significou uma abertura maior para a atuação progressista.

132

O que a gente percebe é que há uma mudança na Arquidiocese de Mariana, sobretudo a partir da chegada de dom Luciano. Às vezes, algumas questões que estavam mais abafadas, mais surdas, elas vão eclodir, e a forma como ele organizou a Diocese, essa tradição de assembléias pastorais, de encontro de presbíteros, não só os retiros, mas os encontros anuais, os presbíteros, discutir a Bíblia, os ministérios, questões pastorais, abriu mais o debate. A própria linha do jornal Pastoral, que sucedeu ao jornal Arquidiocesano, mostra claramente uma perspectiva diferente, um

⁵⁵ Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida foi bispo auxiliar da Arquidiocese de São Paulo/Região Belém entre 1976 e 1988. Foi secretário-geral da CNBB entre 1979 e 1987, ano em que foi eleito presidente da CNBB por dois mandatos consecutivos.

foco diferente. Na realidade, o fato é outro, é uma Diocese mais aberta, digamos, assim, aquilo que é a caminhada da Igreja no Brasil, sobretudo da CNBB. (Padre L. V⁵⁶ – 2004).

O Padre acredita que a chegada de dom Luciano garantiu maior espaço de atuação aos setores progressistas, porque muitos grupos que trabalhavam relativamente isolados em suas paróquias ou em espaços reduzidos tiveram maior liberdade de atuação, conforme pode ser observado na fala: “as questões que estavam mais abafadas acabaram eclodindo”. O mesmo padre afirma que dom Luciano significava um marco, um símbolo de mudança importante para a arquidiocese de Mariana.

Então você vê, dom Luciano estava atuante na Igreja no Brasil. Ele não tava em Mariana, mas a vinda dele pra Mariana era uma bandeira. A pessoa dele é uma bandeira. Quando ele vem já significa isso. Quer dizer, todo mundo que tinha um pouco de informação percebia que a Arquidiocese estava dando uma guinada. (Padre L. V. – 2004).

É interessante salientar que os depoimentos dos padres e atores sociais cedidas para esta pesquisa foram ao encontro das afirmações de Novaes (2002), que ressalta a

⁵⁶ O Padre L. V. ocupa importantes cargos na Arquidiocese de Mariana e tinha relação de bastante proximidade com dom Luciano Mendes de Almeida. Os nomes de entrevistado constam apenas a inicial do nome e o ano da entrevista, porque buscamos não divulgar os nomes dos mesmos no sentido de protegê-los de constrangimentos e/ou problemas institucionais.

importância da atuação dos bispos para a inserção e divulgação de novas idéias religiosas. Nesse sentido, a política do Vaticano de transferir dom Luciano para o interior acabou criando oportunidades políticas para os católicos progressistas da arquidiocese de Mariana. Assim, a política de tentar diminuir o ativismo católico em São Paulo acabou favorecendo uma atuação mais engajada politicamente na Arquidiocese de Mariana.

Na época da substituição de dom Oscar, diversos padres e leigos da Arquidiocese e até mesmo do Brasil, ficaram a imaginar o que seria da Arquidiocese sob a tutela de um arcebispo progressista como dom Luciano. Percebendo essa repercussão, o jornal Estado de Minas de 5 de maio de 1988 publicou uma entrevista com ele, que foi também divulgada no jornal oficial da arquidiocese de Mariana, O Arquidiocesano. A primeira pergunta reflete bem os questionamentos que se fazia naquele momento.

Pergunta: O Arcebispo de Mariana foi considerado um “autêntico” representante da ala conservadora da Igreja, enquanto o senhor sempre foi identificado como um “progressista” da Instituição. A vinda do Senhor para Mariana significa uma mudança de mentalidade na diocese de Mariana?

dom Luciano: Em primeiro lugar peço licença para aceitar a pergunta, mas não aceitar o adjetivo que foi empregado em relação a quem aprendi desde

logo a estimar e que me acolhe com muita amizade e de que há de me dar muito também de sua experiência. O certo é que o embate e a vida em São Paulo abriu campo para um tipo de serviço que não é exatamente o que foi necessário em outras áreas do Brasil. São Paulo, hoje, é a grande cidade desafio, com populações empobrecidas, com grande dificuldade de acesso ao trabalho, com insuficiência de salário e de promoções indispensáveis à dignidade da vida como educação, saúde, transporte e abastecimento. Não é o caso de Mariana. Portanto, se o bispo está ligado à vida do povo, evidente, ele terá manifestações diferentes conforme o tipo de ministério e a atuação que ele deve exercer (O ARQUIDIOCESANO. Mariana, ano XXIX, 12 de junho de 1988).

135

No relato anterior, dom Luciano procurou não entrar na polêmica referente às diferenças entre ele e seu antecessor, dom Oscar. Entretanto, as diferenças aparecem explicitamente na análise do jornal O Pastoral, lançado por dom Luciano (em 1991) em substituição ao O Arquidiocesano, que fora criado por dom Oscar ainda na década de 1950. No jornal O Pastoral, durante toda sua existência, foram comuns notícias de apoio à formação de sindicatos, exaltando a formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs),

relatando os problemas sociais da população, além da constante presença de textos de católicos progressistas, como dom Pedro Casaldáliga, algo que não acontecia no jornal anterior.

Logo na segunda edição do jornal, foram feitas críticas à paróquia tradicional, afirmando que “esta facilita a acomodação. A caridade fica muito no assistencialismo ou fraternalismo, no nível inter-pessoal”(O PASTORAL. Mariana, n.2, p.4, março de 1991). Dessa forma, desde o primeiro momento, ficou bastante clara a mudança na Arquidiocese.

Com imposição ou não, as notícias do jornal oficial da Arquidiocese demonstravam outra perspectiva religiosa. Na década de 1990, as notícias iam no sentido de promover as CEBs, para que estas pudessem aumentar em número e em qualidade em toda a Arquidiocese. Diversas reuniões e convocações da população para participação aconteceram. O Pastoral de agosto de 2004, assim como outros, reflete bem essa preocupação. Logo na primeira página vem o título “Espiritualidade Libertadora” e logo abaixo vem uma mensagem afirmando que as CEBs “continuam se mobilizando para garantir um jeito popular de ser Igreja, sustentando a mística da participação e Comunhão Eclesial que brota da palavra de Deus e da Eucaristia” (JORNAL PASTORAL. Mariana, ano XIV, n.158, agosto de 2004).

Na segunda parte do jornal, afirma-se que muitos acreditam que a vez das Comunidades Eclesiais de Base já

passou e até mesmo acreditam na morte da Teologia da Libertação e “entendem que o momento é dos movimentos espiritualistas de cunho pentecostal ou neopentecostal como a Renovação Carismática Católica, por exemplo” (JORNAL PASTORAL. Mariana, ano XIV, n. 158, agosto de 2004). O editorial do jornal afirma que esses pensamentos em parte são verdadeiros, mas que em meio a tudo isso

é bom saber que Mariana, a primaz das Minas Gerais, acredita nesta Igreja que se faz pobre para libertar o pobre. Em meio a tanta espiritualidade alienada e alienantes, consola saber que nas CEB's a espiritualidade é libertadora porque leva o compromisso com os excluídos, prova inequívoca do seguimento de Jesus Cristo, Caminho, Verdade e Vida. (JORNAL PASTORAL. Mariana, ano XIV, n. 158, agosto de 2004).

137

Dessa forma, tenta-se enfatizar a atuação das CEBs na Arquidiocese. Ao mesmo tempo, busca-se manifestar a preocupação com a população mais pobre.

Dar auxílio a uma pessoa necessitada é sempre prova de amor fraterno. Temos, no entanto, que pedir a Deus que ilumine nossa responsabilidade política. Mais forte é a caridade de quem se empenha para elaborar e aperfeiçoar as leis do país de modo a assegurar decisões políticas adequadas, capazes de saciar as multidões de

famintos e mendigos, de sem-terra e sem casa, dos que não tem trabalho nem assistência médica. (JORNAL PASTORAL, Ano XIV, número 158, agosto de 2004).

Dom Luciano deixa claro que a melhor maneira de ajudar os pobres não é fazendo uma caridade, dando um alimento ou uma moeda aos mendigos pelas ruas (os quais, aliás, podem ser vistos em bom número pelas cidades da Arquidiocese), mas através de políticas públicas adequadas à situação encontrada no país. Dessa forma, os setores progressistas da Arquidiocese de Mariana encontravam respaldo institucional para trabalharem no apoio à população de acordo com suas necessidades. Embora os exemplos citados anteriormente sejam de 2004, as atuações e preocupações do arcebispado de dom Luciano com a CEBs e as mobilizações progressistas datam da sua chegada à Arquidiocese.

Na visão do padre L. V., uma vantagem de dom Luciano é que ele, apesar de sua postura progressista, não impôs suas idéias, dando assim maior tranquilidade à Arquidiocese.

Se viesse uma pessoa também muito avançada, mas que não soubesse dialogar com esse passado da Diocese de Mariana, poderia haver um conflito que redundasse, não no crescimento da Diocese, mas até num impasse, e não foi o que aconteceu.

Ele realmente conseguiu fazer uma mudança, a meu ver, uma mudança na Diocese de Mariana, com o mínimo de tensões possível; aconteceram tensões é claro, mas elas foram menores do que se fosse alguém com o perfil dele, mas sem o tato dele (Padre L. V.).

Embora não possamos deixar de relatar a importância da chegada e da atuação de dom Luciano, precisamos também compreender que apesar de sua importância vital, ele não foi o único responsável pelas transformações na arquidiocese de Mariana, pois acreditar nisso é apenas personalizar um acontecimento complexo que contou com a participação importante de diversos atores sociais de dentro e de fora da Arquidiocese.

139

4. O TRABALHO DE ENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES

Uma outra faceta da orientação pastoral defendida por dom Luciano diz respeito à participação das comunidades nas atividades paroquiais. Para analisar essa questão, será discutido a seguir o caso da paróquia de Nossa Senhora do Rosário, situada no município de Brás Pires. A atual política de evangelização da arquidiocese de Mariana tem buscado promover uma aproximação mais efetiva com as diversas comunidades municipais, sobretudo aquelas localizadas no meio rural. Rompendo com uma tradição centralizadora, que

concentrava na sede da Paróquia praticamente todos os atos sacramentais e litúrgicos, a nova proposta pastoral tem incentivado a participação daqueles grupos na vida da Igreja. Nesse sentido, a Arquidiocese vem reafirmar uma das propostas definidas pelos bispos brasileiros, através do Plano Pastoral de Conjunto (1966):

Faz-se urgente uma descentralização das paróquias, não necessariamente no sentido de criar novas paróquias jurídicas, mas de suscitar e dinamizar dentro do território paroquial comunidades de base, onde os cristãos não sejam pessoas anônimas, mas se sintam acolhidos e responsáveis e delas façam parte integrante (PLANO PASTORAL DE CONJUNTO *Apud* PLANO DE PASTORAL, 2003, p. 37).

Através do estímulo à eleição de lideranças locais, em torno das quais se organizaria o grupo de vizinhança, a paróquia de Nossa Senhora do Rosário tem promovido celebrações regulares nas comunidades. Tais celebrações são geralmente animadas pelos próprios membros daquele grupo e contam com significativa presença de fiéis, que vêm seus laços de sociabilidade vicinal reforçados nessas ocasiões. Atuando dessa maneira, a Arquidiocese, através de seus representantes diretos, tem garantido a presença da Igreja Católica nos mais distantes confins de sua jurisdição. Considerando o evidente crescimento de outras filiações

religiosas, sobretudo protestantes, no Brasil, pode-se pensar que essa é uma estratégia bastante artificiosa, pois, se por um lado, garante a perpetuação da tradição católica e a presença da Igreja, através do padre, naquele núcleo humano; por outro, ao fomentar o surgimento de líderes comunitários vinculados à religião, essa política acaba por sugerir aos indivíduos que pertencer àquele grupo significa pertencer à religião católica.

Além desse trabalho junto às comunidades, através do deslocamento do padre até elas, há uma tentativa de envolvê-las também, de modo mais ativo, nas celebrações especiais sediadas na Matriz. A própria Festa da Padroeira, Nossa Senhora do Rosário, exemplifica bem essa situação, pois a organização do evento é mediada pelo chamado Conselho Paroquial da Comunidade.

Hoje, a gente tenta definir com o Conselho Paroquial da Comunidade numa reunião... O Conselho Paroquial é formado pelo pároco, pela secretária, tesoureiro, os dirigentes aqui e os representantes de cada comunidade. Nessa reunião, a gente traça, mais ou menos, o que que é dentro da tradição da própria Festa. Há uma distribuição de tarefas, a organização e o dia que cada comunidade participa: duas comunidades de cada vez. Aí, com o coordenador de cada comunidade presente, a gente organiza direitinho,

se tem alguma coisa, algum elemento a acrescentar (Padre J.R.A.– 2003⁵⁷).

Quer dizer, de acordo com a nova evangelização, e o sentido de envolver as comunidades, principalmente essas mais distantes, pra fazer um trabalho, assim, mais dividido, mais acessível, né? Pra não encher demais a Igreja e muita gente ficar por fora. Então, dividiu em comunidades: cada comunidade faz celebração em um dia. Junta duas ou três comunidades, faz uma programação aí, dentro de uma semana. A gente já pega os temas dos folhetos do plano de evangelização e aí a gente já escolhe os temas que encaixam nas celebrações e aí a gente procura envolver escola, comunidades, trabalhadores rurais. E aí, cada dia, faz uma programação diferente. E aí, a gente junta motoristas, faz a procissão dos carros... Exatamente para dar oportunidade a todos (G.M.V. paroquiano – 2003).

Como se nota, a Paróquia busca envolver as comunidades, através de seus líderes, na organização geral da Festa, abrindo espaço para a discussão da programação e atribuindo tarefas a cada uma. Em geral, duas ou três

⁵⁷ O padre J.R.A. dirigiu a Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Brás Pires entre dezembro de 1999 e setembro de 2004.

comunidades são designadas diariamente para a preparação da liturgia da missa. Nessa ocasião, elas se esmeram por promover uma celebração animada e participativa.

Se, por um lado, a assertiva do paroquiano, anteriormente citada, de que dividir os dias de celebração da novena entre as diversas comunidades evita “encher demais a Igreja” e, com isso, deixar “muita gente ficar por fora”, pode ser tomada como procedente, já que numa situação comum a maioria dos fiéis preferiria participar dos cultos nos finais de semana; por outro, não se pode perder de vista a intenção de se integrar os membros de uma mesma comunidade dentro da prática festiva, ampliando os laços que os unem entre si e com a Igreja. Naquela celebração eucarística, o fiel não é um fiel isolado, mas uma célula de um organismo, de uma comunidade. Uma comunidade católica.

143

5. CONCLUSÃO

Por mais que se afirme o papel fundamental executado por leigos, por movimentos religiosos católicos e missionários na redefinição das tendências pastorais, é necessário reconhecer que o engajamento dos bispos em uma ou outra proposta religiosa é imprescindível para que esta tenha um sucesso efetivo, já que recursos financeiros, ideológicos e simbólicos estão sob seu comando.

Neste sentido, a aceitação diferenciada por parte de bispos e arcebispos acerca dos direcionamentos emanados do Vaticano faz com que espaços regionais tenham perfis de catolicismo bastante diferenciados uns dos outros. A Arquidiocese de Mariana é especialmente interessante neste sentido, pois os ideais do Concílio Vaticano II pouco penetraram nas fronteiras arquidiocesanas até 1988, enquanto outras jurisdições eclesíásticas se empenhavam para reformular suas práticas pastorais. Isso aconteceu principalmente devido à atuação conservadora do arcebispo dom Oscar de Oliveira (1959-1988).

No final da década de 1980, o Vaticano consolidava sua política de frear a atuação da Igreja Católica progressista na América Latina e, com esse intuito, adotou como uma de suas estratégias a transferência de bispos que se destacavam pela atuação política para o interior do país. Dentro deste contexto é que dom Luciano Mendes de Almeida foi enviado para a Arquidiocese de Mariana.

A chegada do novo arcebispo significou uma abertura maior para o trabalho dos grupos progressistas. Nesse sentido, a tentativa de diminuir a militância política católica em alguns centros urbanos, abriu a possibilidade de emergirem Comunidades Eclesiais de Base e Movimentos Sociais vinculados à Igreja Católica em arquidioceses do interior, como foi o caso de Mariana. A influência de dom Luciano levou alguns a afirmarem que o Concílio Vaticano II (1962-

1965) só chegou à Arquidiocese de Mariana em fins da década de 1980, o que, de fato, acaba se confirmando em experiências como o trabalho com as comunidades da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Brás Pires-MG.

Assim, pode-se concluir que não há um “trânsito” direto de informações entre o Vaticano e as populações das dioceses ou arquidiocese, pois as tendências acabam sendo “filtradas” pelos interesses religiosos de bispos e arcebispos. Dessa forma, fica patente que estes possuem uma enorme responsabilidade no perfil pastoral das jurisdições que dirigem e que muitas vezes as características religiosas se revelam muito mais a partir de contextos regionalizados do que através das diretrizes papais. Diante disso, fica agora a grande incógnita de qual rumo deverá tomar a Arquidiocese de Mariana após o falecimento de dom Luciano Mendes de Almeida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

146

BOFF, Leonardo. **Igreja, Carisma e Poder**. Petrópolis: Vozes, 1982.

DELLA CAVA, Ralph. **Política do vaticano 1878-1990: uma visão geral**. In: SANCHIS, Pierre. *Catolicismo: unidade religiosa e pluralismo cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

IOKOI, Zilda Grícoli. **Igreja e camponeses: teologia da libertação e movimentos sociais no campo – Brasil e Peru, 1964-1985**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1996.

LÖWY, Michel. **Marxismo e teologia da libertação**. Tradução de Myrian Veras Baptista. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991. 119p. (Polêmicas do nosso tempo; v.39).

MAINWARING, Scott . **A Igreja e a política no Brasil (1916-1985)**. Tradução de Heloísa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

NOVAES, Regina. **Crenças religiosas e convicções políticas: crenças e passagens.** In: *Política e cultura, século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 2002.

PLANO de Pastoral: **Chamados para servir.** Mariana: Arquidiocese de Mariana, 2003. p. 87.

PRANDI, Reginaldo e SOUZA, André Ricardo de. **A carismática despolitização da igreja católica.** In: PIERUCCI, Antônio Flávio e PRANDI, Reginaldo. *A realidade das religiões no Brasil: Religião, sociedade e política*. São Paulo: Hucitec, 1996.

147

SMITH, Christian. **The emergence of Liberation Theology: Radical religion and Social Movement Theory.** Chicago and London: The University of Chicago Press, 1991.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. **As várias faces da igreja católica. Estudos Avançados,** São Paulo, n. 52, Dossiê Religiões no Brasil, 2004.

VALENTE, Ana Lúcia E. Farah. **O negro e a igreja católica.** Campo Grande: CECITEC/ UFMS, 1994.